



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSULTORIA JURÍDICA**

Processo nº 800056-79.2018.06.0254

Assunto: Contratação de treinamento para magistrados e servidores do TJ/CE, mediante a inscrição dos mesmos em curso de especialização *Lato-Sensu*, na modalidade *in company*, a ser promovido pela FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.

PARECER

Cuida-se, in casu, de requerimento apresentado pelo Diretor da Escola Superior da Magistratura, Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto, em que pretendida a contratação de treinamento para magistrados e servidores do TJ/CE, mediante a inscrição dos mesmos em curso de especialização *Lato-Sensu*, na modalidade *in company*, a ser promovido pela FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.

Instruem os autos os seguintes documentos:

- a) Proposta comercial (fls. 03/35);
- b) Justificativa da escolha da FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS e demonstração de que preço cobrado está dentro da média de mercado (fls. 40/58); e
- c) Minuta do contrato.

É, no essencial, o relatório. Cumpre-nos opinar.

Preliminarmente, vale ressaltar que o âmbito de análise deste parecer se restringe, única e tão somente, aos aspectos legais da contratação ora

pretendida, não se imiscuindo, pois, em aspectos técnicos, econômicos, de conveniência e oportunidade, que são próprios do Administrador Público.

a) Da viabilidade da contratação, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, inciso II, c/c o art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93.

Como se sabe, a regra, no direito brasileiro, é a obrigatoriedade de prévia licitação para a contratação de bens e serviços pela Administração Pública, como se depreende a partir da leitura do art. 37, inciso XXI, da CF/88, *in verbis*:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá sempre aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações." (Grifo nosso).

Nota-se, porém, que a própria Constituição Federal atribuiu competência ao legislador para definir hipóteses excepcionais em que é possível a contratação direta pela Administração Pública, sem a necessidade de prévia licitação.

Nesse sentido, regulamentado a ressalva contida na primeira parte do supracitado inciso XXI do art. 37 da CF/88, a Lei nº 8.666/93, estabelece, expressamente, os casos em que a licitação é dispensável, embora possível (art. 24) ou inexigível, por inviabilidade prática de competição no mercado (art. 25).

Pois bem. Partindo de tal premissa, temos que, no caso, é possível a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, dada a inviabilidade prática de competição no mercado decorrente da singularidade do próprio curso em si e da notória especialização dos profissionais que irão ministrá-lo, achando-se atendido, pois, o disposto no art. 25, inciso II, c/c o art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, *ex vi*:

"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta lei, de natureza singular, com profissionais ou

empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

Art. 13. Para os fins desta lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;”

De fato, trata-se de um curso de especialização *Lato-Sensu* (MBA em Direito: Gestão Pública), na modalidade *in company*, promovido por uma instituição de notória idoneidade e que será ministrado por profissionais extremamente qualificados. É exatamente isso o que se infere da manifestação do Diretor da Escola Superior da Magistratura, Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto (fls. 40/58).

Diante de tal panorama, resta evidenciado, portanto, que não seria factível a realização de processo licitatório no caso em tela, uma vez que, em vista de todas as particularidades acima, certamente, não há, no mercado, outra oportunidade de capacitação idêntica, com o mesmo conteúdo, profissionais e condições.

Sobre assunto, não é outra a orientação do colendo Tribunal de Contas da União, como se lê no precedente abaixo colacionado:

“... as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25 combinado com o Inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93,” (TCU – Decisão nº 439/98 – Rel. Mini Adhemar Paladini Ghisi).

Na mesma linha de entendimento acima, a Advocacia Geral da União expediu a Orientação Normativa nº 18 de 1º de abril de 2009, nos seguintes termos:

“Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, inc. II, da lei nº 8.666, de 1993, conferencistas para ministrar cursos para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ou a inscrição em cursos abertos, desde que caracterizada a singularidade do objeto e verificado tratar-se de notório especialista.”

Por outro lado, quanto ao processo administrativo trazido a exame, encontra-se este devidamente autuado, protocolado e numerado, nos termos do art. 38, *caput*, da Lei nº 8.666/93, e nele consta, com vimos alhures, manifestação da área técnica sobre a necessidade da contratação e sua estimativa de custo.

Presume-se, aqui, que as especificações técnicas no caso, quer quanto ao detalhamento dos serviços pretendidos, quer quanto à avaliação do valor estimado a ser contratado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente, com base no melhor atendimento às necessidades do Poder Judiciário.

Isso porque o tratamento de tais questões compõe a parcela de discricionariedade que norteia a atuação do Administrador Público no exercício de seu mister, cabendo-lhe decidir, dentre a ampla gama de opções, quais os melhores meios técnicos de dar cumprimento às reais demandas do serviço público.

Destarte, ante a demonstração de que a contratação direta, *in casu*, por inexigibilidade de licitação, possui respaldo legal, e verificando-se, igualmente, a regularidade do processo administrativo *sub examine*, o qual atende, no que é cabível, às disposições dos arts. 26 e 38 da Lei nº 8.666/93, resta-nos, pois, apenas a análise prévia da minuta do contrato anexa. É o que faremos adiante.

b) Da análise prévia da minuta do contrato.

Examinando-se a minuta em anexo, verifica-se que nela estão expressas, em redação clara e precisa, naquilo que se faz cabível, as cláusulas reclamadas pelo art. 55 da Lei nº 8.666/93, que são obrigatórias em todos os contratos administrativos, além de outras que complementam a execução da avença.

Lembramos, por fim, que, antes de concluído o processo de contratação em tela, deve ser indicada a dotação orçamentária, bem como verificada a regularidade da documentação apresentada pela empresa a ser contratada (atos constitutivos, certidões fiscais, trabalhistas e previdenciárias, etc.). Feito isso e assinado o contrato, deve ainda ser providenciada sua publicação resumida na imprensa oficial, na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Conclusão

Ante todo o exposto e o mais que dos autos consta, ressalvando-se, mais uma vez, que os aspectos de conveniência e oportunidade não estão sob o crivo desta Consultoria Jurídica, estamos de acordo com a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, com fulcro no art. 25,

inciso II, c/c o art. 13, inciso VI, nos termos da minuta do contrato apresentada, desde que atendidas as recomendações constantes deste parecer.

É o parecer. À superior consideração.

Fortaleza, 18 de abril de 2018


Alexandre Diogo de Saboya Cruz
Assessor Jurídico

De acordo. À douta Presidência.


Francisco Rolim de Moraes Junior
Consultor Jurídico



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Processo nº 8500056-79.2018.06.0254

Assunto: Contratação de treinamento para magistrados e servidores do TJ/CE, mediante a inscrição dos mesmos em curso de especialização *Lato-Sensu*, na modalidade *in company*, a ser promovido pela FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.

R.h.

Aprovo o parecer, por seus próprios fundamentos, que desta decisão passa a ser integrante, ao tempo em que autorizo a contratação da FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, inciso II, c/c o art. 13, inciso VI, nos termos da minuta do contrato apresentada, desde que atendidas as recomendações feitas pela Consultoria Jurídica.

Encaminhem-se os presentes autos à Coordenadoria de Central de Contratos e Convênios do TJ/CE para as devidas providências.

Exp. nec.

Fortaleza-CE, 18 de abril de 2018


Desembargador FRANCISCO GLADYSSON PONTES
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará